

Contribuintes Execuções automáticas, reembolsos de IRS retidos, duplicação de dívidas cobradas pela Autoridade Tributária. O sistema informático que se sobrepõe aos funcionários. As queixas leva-nos à pergunta

O Fisco é demasiado agressivo?



“Ação sobre rodas”. Elementos da AT organizaram, em maio, uma Operação STOP para apanhar contribuintes com dívidas ao Fisco FOTO LUSA

Textos **ANDRÉ RITO**

Em maio deste ano, uma equipa das finanças organizou uma Operação STOP para apanhar condutores com dívidas à Autoridade Tributária (AT). Designada “Ação Sobre Rodas”, contou com a participação de 20 elementos do fisco e 10 militares da GNR. Objetivo: intercepar os prevariadores e convidá-los a pagar. Os que não tinham condições para liquidar os montantes em dívida podiam ficar com a sua viatura apreendida. Este foi o guião do que aconteceu na manhã de 28 de maio, quando a equipa das finanças se instalou, juntamente com as autoridades, na rotunda da Autoestrada A42, em Valongo. Vestidos com coletes pretos com inscrição “Autoridade Tributária e Aduaneira” nas costas, os elementos da AT fizeram o cruzamento das matrículas dos carros com o ‘cadastro’ dos respetivos proprietários no Fisco. Para o efeito, montaram um sistema informático, dentro de tendas instaladas na berm da estrada.

A medida desenvolvida pela Direção de Finanças do Porto acendeu um rastilho: horas depois o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Nunes, cancelava a ação de fiscalização alegando que não tinha sido definida centralmente pela autoridade tributária e aduaneira. Mário Centeno, ministro das Finanças, veio também dizer que a ação “não foi feliz”. Mas a intervenção dos dois responsáveis políticos não foi suficiente para calar a indignação. Até porque dias antes tinha havido outras duas operações semelhantes que terão resultado na inspeção de 3 mil carros.

Considerada ilegal por diferentes juristas, a ação culminou na demissão do diretor de Finanças do Porto e lançou

MOMENTOS EXPRESSO

MOMENTOS EXPRESSO O VI Congresso dos Contabilistas Certificados contou com a parceria do Expresso. Durante três dias, o Altice Arena, em Lisboa, encheu para receber inúmeros convidados de todos os quadrantes para discutir questões fiscais e de contabilidade. E responderam à pergunta: como deve ser a relação do Fisco com os contribuintes?

uma interrogação, que foi, aliás, o tema premente para as mais de quatro mil pessoas que estiveram no VI Congresso dos Contabilistas Certificados: o Fisco é demasiado agressivo?

“Podemos considerar que é”, começa por dizer o fiscalista, Abílio Sousa, enumerando algumas razões para uma postura das finanças mais agressiva: “Os funcionários do Fisco têm objetivos para cumprir que muitas vezes põem à frente de tudo, atropelando por vezes até a legislação. Como consultor fiscal passamos pelo meu escritório muitas situações dessas”, afirmou ao Expresso. “As finanças têm de ter um papel preventivo e que não gere contencioso através de contencioso. Caso contrário o resultado é o que temos neste momento: uma decisão de impugnação de um processo judicial demora anos.” Os prazos não se aplicam a todos: quando há capacidade financeira, uma empresa poderá recorrer das decisões em nove meses. Mas trata-se de uma minoria de contribuintes. “A expectativa média de decisão anda entre os oito ou dez anos.”

Império da informática

Quando o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais vê uma chamada perdida de Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas, já sabe que o “sistema informático da Autoridade

Tributária está em baixo”. No congresso não foi preciso ligar. Paula Franco fechou o ciclo de debates ao lado de António Mendonça Mendes, no palco do Altice Arena, em Lisboa.

Questionada pelo Expresso quanto à postura do Fisco, Paula Franco diz que a Autoridade Tributária deve criar “uma relação de confiança” com os contribuintes. “O objetivo de qualquer país em arrecadar riqueza é, em primeiro lugar, garantir o cumprimento voluntário das suas obrigações fiscais. A AT tem uma postura demasiado agressiva para permitir essa confiança e boa relação”, afirmou ao Expresso.

OS FUNCIONÁRIOS DO FISCO TÊM OBJETIVOS PARA CUMPRIR QUE MUITAS VEZES PÕEM À FRENTE DE TUDO

Numa altura em que a profissão dos contabilistas atravessa um período de indefinição devido à disrupção tecnológica — estudos garantem que a profissão será substituída por sistemas à base de inteligência artificial — o sistema informático da Autoridade Tributária também é alvo de críticas. “Desde que as empresas passaram a ser obrigadas a comunicar as faturas — o e-fatura — vemos muitas inconformidades que são identificadas pelo sistema e recebemos notificações com exigências que não existem.”

Para Abílio Martins “não pode haver um império da informática sobre a legalidade”. “Temos algumas regras, inclusive regras de liquidação, que são determinadas pelo computador.” Na perspetiva da pessoa singular, explica o contabilista, o contribuinte não se apercebe. Tem o IRS totalmente preenchido, e basta carregar num botão para entregar a declaração e ser reembolsado ao fim de uma semana.

As indicações do Ministério das Finanças vão no sentido de uma maior proporcionalidade — e proximidade — na relação entre o Fisco e os contribuintes. A estratégia, defende o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, passa por implementar medidas para que a intervenção humana possa prevenir a tempo os litígios. Muitos destes litígios entre a AT e os contribuintes “decorrem do automatismo informático da Administração Fiscal”, disse ao Expresso António Mendonça Mendes [ver entrevista].

Salvaguardando que “não existem sistemas informáticos perfeitos”, o consultor Abílio Martins deixa uma pergunta: “Por que razão um técnico de inspeção tem de ser avaliado pelas correções que faz?” E conclui: “As correções até podem ser julgadas em tribunal e voltar para trás. Ele tem de ser avaliado com base nas correções que produzem efetivamente resultados.”

economia@expresso.imprensa.pt

QUATRO PERGUNTAS A

António Mendes

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

❑ Durante o período de resgate financeiro, a Autoridade Tributária (AT) era acusada de ser intrusiva por enviar notificações diárias aos contribuintes. Sete anos depois, assistimos a Operações STOP feitas pela finanças. Não considera que o Fisco é demasiado agressivo?
❑ O Governo promoveu em março a conferência “Cidadania Fiscal 2.0”. Foi o culminar dos trabalhos de um grupo designado para identificar pontos de melhoria na relação entre as finanças e o contribuinte. É por isso que temos um subdiretor-geral só para a relação com os contribuintes. A AT deve ser vista com respeito de parte dos contribuintes, dando-se também ao respeito. Ou seja, é importante que haja esta sincronia. A AT tem um papel absolutamente essencial na vida de uma sociedade democrática. Não queremos que os contribuintes tenham medo da AT, mas que se sintam seguros com o trabalho das finanças. Tenho consciência de que é preciso melhorar esta relação com os contribuintes.

❑ O sistema informático da AT deveria ser mais humanizado?

❑ É exatamente por isso que estamos a procurar com os nossos canais de acesso uma melhoria na relação com o contribuinte. Estamos a implementar mecanismos para que a intervenção humana possa prevenir a tempo os litígios. Muitos destes litígios entre a AT e os contribuintes decorrem do automatismo informático da Administração Fiscal. Mas basta uma pequena intervenção, naquele processo em concreto, para se perceber que o contribuinte tem razão. O nosso desafio é evitar estas litigâncias, mudando funcionários de área para cuidar melhor do contribuinte.

❑ A informatização total do Fisco implicou saídas de funcionários?

❑ Há um dado interessante: a nossa informatização foi muito vinculada nos últimos anos, mas o número de trabalhadores entre 2012 e 2019 anda a volta dos mesmos 11 mil de há sete anos. Com determinadas funções automatizadas, vamos libertar as pessoas para poderem fazer outras tarefas, como verificar as divergências e fazer a sua avaliação que é muito importante para evitar a fraude fiscal. E essas divergências acabam por ser resolvidas rapidamente, sem necessidade de contacto pessoal, apenas com a troca de e-mails. A administração fiscal não é uma máquina fiscal, tem 11 mil pessoas imprescindíveis a trabalhar.

❑ Falando em informatização, como vê o futuro dos contabilistas?

❑ Os contabilistas são profissionais altamente qualificados, têm uma função essencial de assegurar que as contas das empresas estão devidamente reportadas. E essa operação é complexa, porque não se limita ao preenchimento de obrigações declarativas. É também a qualificação dessas operações, de entender bem a legislação fiscal e as normas contabilísticas. O novo paradigma vai requerer dos contabilistas menos trabalho manual e maior disponibilidade para fazerem o que é o core da sua missão: qualificar as operações.